

Sindicatos acirram luta coletiva contra a reforma administrativa

A reforma administrativa deve ser apresentada pelo governo ao Congresso Nacional nesta terça-feira (11). O objetivo é mudar toda a estrutura do serviço público, atingindo os atuais e os novos servidores. Para definir de forma conjunta a luta contra esse ataque, o Sintrajusc está participando das reuniões da Coordenação dos Sindicatos do Serviço Público Federal, que já reúne 12 Sindicatos (veja abaixo).

A imagem e os direitos dos servidores públicos vem sendo desmontados desde o governo de Fernando Collor. Nos anos 1990, com a ideia do “marajá”, ele grudou no funcionalismo público a culpa pelos males do país.

Nos anos FHC, quando o economista Luiz Carlos Bresser Pereira era ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado, campanhas de mídia reforçaram a mensagem de ineficiência do serviço público.

Estabilidade ameaçada

A revisão da estabilidade é um dos pontos da reforma e não leva em conta que este não é apenas um direito do servidor. A estabilidade garante o interesse público e a preservação da impessoalidade e da boa gestão. Em essência, ela protege o servidor de

Medidas anunciadas

- # **Redução** de jornada e salários em até 25%
- # **Veto** à promoção de servidores
- # **Veto** à reajustes, criação de cargos e reestruturação de carreiras
- # **Redução** de 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, se excedidos os limites com despesas de pessoal

pressões indevidas, evitando o abuso de poder e o desvio de finalidade na Administração Pública. O ataque à estabilidade vem acompanhado do discurso de que o país tem servidores em excesso. É mentira. Levantamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra o Brasil entre aqueles que têm menos servidores públicos em relação ao total de pessoas empregadas e em relação à população economicamente ativa.

O fato é que defender a diminuição do Estado é abrir caminho para que o orçamento público reserve mais recursos para a iniciativa privada, que será a beneficiada com os serviços públicos enfraquecidos.

Para reforçar a mobilização para mais essa luta, neste e nos próximos boletins o Sintrajusc abordará em detalhes a reforma administrativa.

QUEM ESTÁ NO COLETIVO DE SINDICATOS: SINTRAJUSC, SINTRAFESC (Servidores federais de várias categorias), ANDES (Professores federais), SINDRECEITA (Analistas tributários da Receita Federal), SINDPREVS (Previdenciários), SINPRF-SC (Policiais Rodoviários Federais), ANFFA SINDICAL (Auditores fiscais federais agropecuários), SINTUFSC (Técnicos-Administrativos das Universidades), ASSIBGE (Servidores do IBGE), SINASEFE (Servidores do IFSC), SINERGIA (Eletricitários) e ANFIP (Auditores fiscais)

Resolução do CJF dificulta participação dos servidores em atividades sindicais

O Conselho da Justiça Federal (CJF) baixou, em 30 de outubro, a Resolução nº 596, que exige que as ausências do servidor público para participar de eventos de natureza sindical ocorram mediante compensação de horário.

Desde o início do ano, o governo vem sistematicamente sufocando a atuação dos Sindicatos. Uma das medidas, entre outras, instituiu novas regras para o recolhimento da contribuição sindical, restringindo a sustentabilidade financeira das entidades.

No Legislativo, as tentativas de limitar o papel dos Sindicatos aparecem no contexto da reforma traba-

lista, com a terceirização irrestrita, inclusive nas atividades-fim, e as novas modalidades de relações de trabalho. Além disso, limitou-se o papel do Justiça do Trabalho no julgamento de controvérsias trabalhistas. Na sequência, foi aprovada a reforma da Previdência.

Agora, com a Resolução nº 596, o CJF leva as medidas de fragilização dos Sindicatos para dentro do Judiciário, dificultando a participação nas atividades em um momento no qual os servidores mais uma vez estão sob ataque com a reforma administrativa.

Sintrajusc discute orçamento no TRT, JF e nos Conselhos

O Sintrajusc está agendando horário com a direção do Foro da JF para discutir, entre outros temas, as sobras orçamentárias. No dia 11, a reunião foi com o Corregedor do TST, Ministro Lelio Bentes Corrêa. Uma das principais questões abordadas foi a defesa da Justiça do Trabalho. Também foram debatidas a reforma administrativa, as restrições orçamentárias imposta pela Emenda Constitucional (EC) nº 95, a possibilidade de reajuste dos Benefícios Sociais e a implantação e o aprimoramento do PJe.

Já nos dias 23 e 24/10, os coordenadores Paulo Koinski e Denise Zavarize, acompanhados do assessor orçamentário, Washington Lima, estiveram no CJF, CSJT e CNJ para reivindicar reajuste nos benefícios. Os estudos orçamentários mostram que, apesar de as administrações alegarem o fim das compensações orçamentárias previstas na EC 95, a execução orçamentária de todos os ramos do Judi-

ciário Federal até 25 de agosto permite, por exemplo, adequar o auxílio-saúde à realidade do país. A partir das conversas, o Sindicato irá requerer oficialmente ao CNJ que, no contexto da discussão sobre a adequação do auxílio-saúde para os trabalhadores daquele Conselho, que está em curso, seja atendida a demanda por reajuste do benefício em nível nacional, aproveitando as sobras orçamentárias existentes.

Lembramos que, em 2018, houve reajuste dos auxílios alimentação e pré-escolar dos servidores do Judiciário depois de diversas ações do Sintrajusc, de outros sindicatos de base e da Fenajufe junto aos Tribunais superiores e Conselhos. Foram várias reuniões em Brasília e apresentação de estudos e de ofícios comprovando a disponibilidade de orçamento. O resultado da atuação foi concreto no contracheque dos servidores.

Reunião dia 20 debate participação do Sintrajusc no Encontro de Mulheres

Para definir a participação do Sintrajusc (nomes e pautas) no Encontro Nacional de Mulheres do Poder Judiciário da União e Ministério Público da União, convidamos as interessadas a participar da segunda reunião do Grupo de Trabalho (GT) Mulheres, Negros e Negras e LGBTI+ do Sindicato. A reunião será on-line no dia 20 de novembro, às 17

horas. O Encontro Nacional será dia 30 de novembro, das 8h30 às 22 horas, em Brasília. **Como participar da reunião on-line:** entre no Grupo de WhatsApp do GT, no qual estarão as instruções necessárias. O endereço é: **chat.whatsapp.com/H9zFLYOmU0AKJxfReLeqSn**